

Justiça Federal

Digital

► Diretor do foro participa de debate no Rio sobre impacto do novo CPC na execução fiscal



321



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Espírito Santo

► Justiça Federal, Caixa e Correios encerram mais um mutirão de conciliação

Nos dias 9, 10 e 14/9, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), da Justiça Federal do Espírito Santo, e o 2º Juizado Especial Federal de Vitória realizaram mutirão de audiências de conciliação em processos relativos a pedidos de danos morais movidos em face da Caixa Econômica Federal (CEF) e em processos da mesma natureza movidos em face da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Das 86 audiências realizadas nos dois primeiros dias (processos da Caixa), 47 resultaram em acordos (55%). Foram pagos aproximadamente R\$ 86 mil e atendidas 440 pessoas. Já no último dia (mutirão dos Correios), foram realizadas 13 audiências e obtidos 11 acordos (84%), no valor total aproximado de R\$ 29 mil.

Presidiram as audiências os juízes federais Cristiane Conde Chmatalik, Paulo Gonçalves de Oliveira Filho (coordenador do Cescon), Aylton Bonomo Júnior e Carlos Gustavo Chada Chaves. Atuaram como conciliadores os servidores Rosimeri Rocha Costa, Mônica da Silva Ramos, Thiagus Coelho Freitas, Ednessa Franco Sampaio de Paiva Almeida, Diana Brandão Maia Mendes de Sousa e Jader Duarte da Silva, que nas audiências que mediou no dia 14/9 conseguiu firmar 100% de acordos.

O mutirão de conciliação é um trabalho conjunto do Cescon, do Núcleo de Conciliação do TRF2, das varas federais e dos órgãos envolvidos nos processos.



A opinião de quem participou

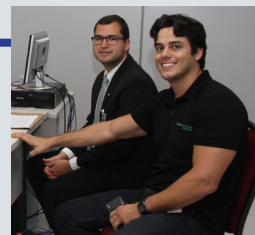
A autônoma **Maria da Penha Coslop Ferreira** viu no mutirão uma esperança de ter seu problema resolvido. Ao participar da audiência na Justiça Federal, achou interessante conhecer como as coisas funcionam e gostou do atendimento. “Acabou sendo uma oportunidade de aprender. E foi bom saber que entenderam a minha dor”.



em todo lugar fosse assim”.

Esta foi a primeira vez que a dona de casa **Marisete Almeida Freitas** entrou com processo na Justiça Federal. “Até que achei rápido. Fui avisada direitinho, não tive problema nenhum e fui muito bem recebida”, concluiu.

O comerciante **Bento Ângelo Amaral** também ficou surpreso com a agilidade com que seu problema foi resolvido. “O atendimento foi ágil, muito bom, tudo ok. Quem dera se





Para o feirante **João Rodrigues Mourão**, participar do mutirão “foi uma maravilha”. Encantado com o atendimento recebido, declarou: “as pessoas foram muito educadas, tanto lá embaixo (na portaria), quanto aqui dentro. Aqui foi especial. Todos me atenderam muito bem, com paciência, e não tive nenhuma dificuldade em fazer o acordo. Esta menina, então, – a servidora Rosimeri Rocha Costa, conciliadora – foi uma simpatia.”

Antes de virar processo

Além dos mutirões de conciliação de processos em tramitação, a Justiça Federal do Espírito Santo, por meio de seu Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon), promove toda sexta-feira audiências de conciliação pré-processual. Essa modalidade de audiência busca a resolução do conflito antes mesmo que se transforme em processo. Na foto ao lado, audiência realizada nesta sexta-feira, 18/9, na sede da JFES em Vitória, em mutirão que obteve 100% de acordos..



► Expediente suspenso na Justiça Federal no dia 30/10

Em comemoração ao Dia do Servidor Público, o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Poul Erik Dyrlund, suspendeu, no dia 30/10/2015, o expediente no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além de prorrogar para o primeiro dia útil subsequente os prazos que vencerem nesta data.

No dia 28/10/2015 haverá expediente normal em toda a 2ª Região.

Veja abaixo a íntegra da Portaria nº TRF2-PTP-2015/00485 de 9 de setembro de 2015.

PORTARIA TRF2-PTP-2015/00485 de 9 de setembro de 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e considerando as comemorações destinadas ao Dia do Servidor Público, RESOLVE:

I - ESTABELECER que no dia 28/10/2015 haverá expediente normal neste Tribunal e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

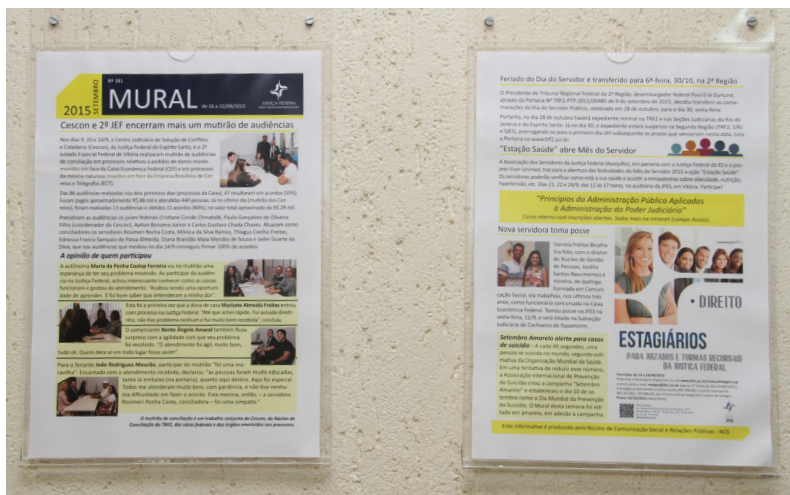
II - SUSPENDER, no dia 30/10/2015, o expediente neste Tribunal e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente os prazos que vencerem nesta data.

III - Transferir o plantão judicial para referida data, mantida a designação do Exmo. Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

POUL ERIK DYRLUND

Presidente

► “Setembro Amarelo” alerta para casos de suicídio



A cada 40 segundos, uma pessoa se suicida no mundo, segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde. Em uma tentativa de reduzir esse número, a Associação Internacional de Prevenção do Suicídio criou a campanha “Setembro Amarelo” e estabeleceu o dia 10 de setembro como o Dia Mundial da Prevenção do Suicídio.

A edição desta semana do Mural – informativo semanal afixado nos prédios da Justiça Federal capixaba - foi editado em amarelo, em alusão à campanha.



ESTAGIÁRIOS

PARA JUIZADOS E TURMAS RECURSAIS DA JUSTIÇA FEDERAL

Inscrições de 14 a 23/09/2015

Preencha o formulário disponível no site www.jfes.jus.br/menu/estagios.jsp e envie pelo e-mail: estagio@jfes.jus.br (até as 17 horas do dia 23/09/2015).

O estagiário terá direito a bolsa-auxílio (R\$ 798,60) + auxílio-transporte (R\$ 107,80) = R\$ 906,40, por 4 horas diárias (segunda a sexta) de estágio.

Prova: 02/10/2015 (sexta-feira).



Informações:
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877
Monte Belo, Vitória - Telefones: (27) 3183-5047,
de 12 às 19 horas.
www.jfes.jus.br



► FOREXEC 2015: Encontro de juízes federais discute impacto do novo CPC sobre execução fiscal*



"O exercício da cidadania não pode ser efetivado sem a justiça fiscal". A advertência foi feita pelo diretor-geral da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), desembargador federal Luiz Antonio Soares, na abertura da edição de 2015 do Fórum de Execuções Fiscais da 2ª Região (Forexec), que reúne 44 juízes atuantes nas varas federais especializadas na matéria, dos estados fluminense e capixaba. O evento está sendo realizado pela escola nos dias 17 e 18 de setembro, no auditório do Tribunal do Júri da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SJRJ, e conta com o apoio do TRF2, das Seções Judiciárias da 2ª Região e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). A coordenação da programação está a cargo dos juízes federais Fernanda Duarte e Vladimir Vitovsky.

O encontro deste ano coloca em debate o impacto das mudanças do Código de Processo Civil (CPC) promulgado em 2015, sobre os processos judiciais que tratam de dívidas com a Fazenda Nacional. Para Luiz Antonio Soares, a importância do trabalho das Varas Federais especializadas está, sobretudo, em preservar o equilíbrio de forças entre o poder público e os contribuintes.

Ele afirmou que o processo judicial de execução fiscal é um instrumento que garante, por um lado, o direito do cidadão à ampla defesa, e, por outro, um meio de resgate de recursos necessários para a União realizar suas finalidades constitucionais e legais: “Essa atividade jurisdicional se reveste de maior relevância em um momento de grave crise econômica como este que enfrentamos. Decorridos 35 anos desde o início da vigência da Lei de Execuções Fiscais, estamos longe de esgotar os temas controvertidos que a cercam, o que demonstra a renovada pertinência deste evento. A Emarf se sente gratificada e honrada de poder realizá-lo afinado com as diretrizes pedagógicas da Escola Nacional da Magistratura e elaborado com rigor científico, promovendo a análise atual, precisa, adequada e dialógica do objeto de estudo”.

Capacitação para a jurisdição eficaz

Na Justiça Federal da 2ª Região, a instalação das Varas Federais de Execução Fiscal começou em 1999, com oito unidades. Ainda na abertura do Forexec, o juiz federal Vladimir Vitovsky explicou que, por conta de haver sempre pontos controvertidos a serem enfrentados sobre a aplicação das normas processuais referentes à execução fiscal, as reuniões entre juízes da área têm sido rotina desde 2004. Essa prática acabou estimulando a realização de eventos e programas de aperfeiçoamento específicos e, mais tarde, a instituição do fórum, cuja primeira edição oficial ocorreu no ano passado.

Para Vladimir Vitovsky, “prestar jurisdição também é investir na capacitação dos magistrados, porque, afinal, não é possível pensar em uma atividade judicante exercida com plena eficácia se não tivermos o cabedal necessário, adquirido através da troca de experiências e dos ensinamentos dos mestres da matéria”. No entendimento do juiz é preciso, inclusive, envolver os servidores que trabalham nas varas especializadas nessas ações de treinamento: “Pretendemos investir em cursos para o pessoal técnico, que é essencial no processamento das ações judiciais”, destacou.

Atividade estratégica

A juíza federal Fernanda Duarte acrescentou, em seguida à fala do colega, que o processamento e o julgamento das ações de execução fiscal precisam ser vistos como atividades estratégicas para a efetivação dos propósitos republicanos. Para ela, essa consciência ainda precisa ser desenvolvida, mesmo entre as instituições e os profissionais ligados ao Judiciário: “Ainda prevalece a ideia, o mito, de que a execução fiscal é uma especialização burocrática e irrelevante, mas temos de entender que ela é essencial para o país”, defendeu.

O juiz federal José Eduardo do Nascimento, diretor do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, que também compôs a mesa de abertura do Forexec 2015, lembrou que as Varas Federais Especializadas em Execução Fiscal têm à frente o desafio de absorver a demanda, que tende a crescer com a crise econômica: “A complexidade do tema apresenta, em si mesma, muitos obstáculos para o deslinde das ações. E estas dificuldades devem se tornar ainda mais difíceis de superar, com o agravamento dos problemas orçamentários, que exigirão conhecimento e sensibilidade dos julgadores na análise das questões de fato e de direito”.

Concluindo as falas da mesa de abertura, o diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, juiz federal Re-

nato Cesar Pessanha de Souza, declarou que iniciativas como o Forexec têm o poder de “abrandar as angústias do trabalho solitário dos juízes”, fortalecendo as ideias desenvolvidas conjuntamente “com o objetivo de aperfeiçoar a prestação jurisdicional, em benefício de toda a sociedade”.

No término da solenidade, a organização do Forexec 2015 prestou homenagem aos juízes federais pioneiros das Varas Federais de Execução Fiscal do interior. Na ocasião, foram agraciados com um diploma os juízes federais José Carlos da Silva Garcia, Edna Carvalho Kleemann e Anelisa Pozzer Libonati (representada na solenidade pela juíza federal Bianca Stamato Fernandes).

Palestras e grupos de trabalho

Na sequência da programação, o desembargador federal Aluisio Mendes palestrou sobre as regras do CPC que entrará em vigor em 2016, no que se refere às ações judiciais de execução fiscal. E fechando a agenda da parte da manhã, a desembargadora federal Letícia de Santis Mello discorreu sobre a interpretação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com a nova lei processual, e sua repercussão nos processos de execução fiscal. Esse instrumento prevê a ampliação das responsabilidades das partes, permitindo, por exemplo, que os efeitos da execução fiscal sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da empresa executada.

Na parte da tarde, a programação do Forexec inclui a divisão dos magistrados em grupos de trabalho, para estudar os seguintes temas: “Os impactos da parte geral do novo CPC na execução fiscal”; “Os impactos do novo CPC na defesa do executado em execução fiscal”; “Os impactos do novo CPC na responsabilidade patrimonial do executado em execução fiscal”; e “Os impactos do novo CPC na expropriação patrimonial do executado em execução fiscal”.

No segundo dia do evento, dia 18, após a continuação das discussões em grupos visando a formulação de propostas de enunciados, será realizada plenária no auditório do Tribunal do Júri para votar e aprovar os enunciados. O “Fórum de Execuções Fiscais (Forexec) – Grupo de Estudos – 2015” é credenciado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e faz parte do Curso de Aperfeiçoamento e Especialização dos Magistrados da 2ª Região (CAE).

Arrecadação

Segundo o relatório Justiça em Números 2015 (ano-base 2014), publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, a Justiça Federal arrecadou para os cofres públicos, durante o ano passado, cerca de R\$ 9,8 bilhões em receitas geradas com a atividade de execução fiscal. O montante faz desse o único ramo do Judiciário a arrecadar um valor maior do que o das suas despesas totais. Na 2ª Região, tramitam nas Varas Federais de Execução Fiscal, atualmente, quase 406 mil processos.

***Fonte: ACOI/TRF2.**

► INSS deve computar período de trabalhador rural registrado por empresas agroindustriais*



O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) deve computar, para efeito de carência, o período exercido na condição de empregado rural registrado por empresas agroindustriais ou agrocomerciais. A tese foi firmada pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) na sessão de julgamentos do dia 19 de agosto, em Brasília.

O Colegiado decidiu pacificar o entendimento sobre a matéria durante a análise de um pedido de uniformização do INSS contra um acórdão da Turma Recursal de Pernambuco, que manteve a concessão de aposentadoria por tempo de serviço rural, incluindo na contagem da carência períodos de labor rural anteriores à vigência da Lei nº 8.213/1991.

Para a autarquia federal, a decisão que beneficiou o segurado não fez a distinção entre o trabalho rural ordinário e aquele prestado para empresas agroindustriais ou agrocomerciais. Em seu recurso, o INSS alegou que o acórdão contraria a legislação vigente, pois não há contribuição do segurado nos períodos questionados: 2 de dezembro de 1984 a 29 de abril de 1985 e 3 de setembro de 1986 a 5 de junho de 1995.

Segundo o relator do processo na TNU, juiz federal Douglas Camarinha Gonzales, a legislação vigente à época dos períodos de trabalho questionados pelo INSS determinava a vinculação obrigatória de trabalhadores rurais de empresas agroindustriais ao sistema previdenciário urbano.

Conforme explicou o juiz federal Douglas Camarinha Gonzales, o Decreto-Lei nº 564/1969 incluiu no rol de segurados obrigatórios do Plano Básico da Previdência Social os empregados do setor agrário de empresa agroindustrial. Essa legislação determinava que esses trabalhadores contribuíssem com a alíquota de 4 a 6% do salário mínimo.

Em seu voto, o magistrado concluiu ainda que a legislação atual não destoa dessa orientação ao definir a vinculação do trabalhador rural quando empregado, já que o artigo 11 da Lei nº 8.213/1991 dispõe que são segurados obrigatórios todos aqueles que prestam serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual. "Ora, o caso em questão retrata justamente o de empregado rural sujeito a registro de CTPS de empresa agroindustrial ou agrocomercial", observou.

Processo nº 0516170-28.2009.4.05.8300

*Fonte: CJF

NOTÍCIAS DO CNJ

► Litigiosidade na Justiça Federal aumenta em 2014, principalmente no 1º grau*

Os cinco tribunais regionais federais do país registraram aumento de demanda processual de 20,8% apenas em 2014, segundo aponta o relatório Justiça em Números, apresentado nesta terça-feira (15/9) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O levantamento registrou que, depois de anos de relativa estabilidade, com variação de 3% entre 2009 e 2013, o total de processos novos na Justiça Federal chegou a 4 milhões em 2014, um aumento de 700 mil casos em relação a 2013. O maior índice está na área de conhecimento do 1º grau, com crescimento de 30,2% em um ano.



Justiça em Números

Outro dado relevante sobre a Justiça Federal é o

maior índice de virtualização de processos entre os cinco ramos de Justiça - 73,2% dos casos novos ingressaram eletronicamente em 2014, o que representa um universo de quase 3 milhões de processos. O estudo destaca que todos os tribunais federais já tinham mais da metade dos processos ingressados eletronicamente em 2009 e que esse número só vem crescendo desde então, com resultado significativo na primeira instância, que registrou percentual de casos novos eletrônicos de 78% em 2014.

O relatório também aponta redução de 1,9% dos processos baixados e, consequentemente, aumento da taxa de congestionamento para 70,5% em 2014, maior índice da série histórica correspondente ao período de 2009 a 2014. Ou seja, de cada 100 processos em tramitação nesses tribunais, aproximadamente 70 não tiveram solução definitiva. Já o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), que avalia a relação de processos baixados com casos novos, sofreu queda de 21 pontos percentuais, passando de 112%, cenário em que mais processos foram baixados do que ingressados, para 91,3%. Em 2014, o estoque da Justiça Federal chegou a 8,5 milhões de processos, 4,3% a mais que em 2013, que levariam dois anos e três meses para serem finalizados caso não fossem registrados casos novos no período.

Em relação a todo o Poder Judiciário, a Justiça Federal é responsável por 14% dos casos novos do Poder Judiciário, 12% do acervo, 13% dos gastos e representa 6,5% das unidades judiciárias de 1º grau, 9% dos magistrados e 10% dos servidores. Superavitária, a Justiça Federal arrecadou R\$ 9,8 bilhões, 13% a mais que o total de gastos (R\$ 8,7 bilhões).

Assuntos - Novidade da edição de 2015, a separação de processos por classe e assunto indica que as três principais causas de litigiosidade da Justiça Federal são temas do Direito Previdenciário: administração pública do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (14,2%), processos sobre auxílio-doença (10,4%) e demandas sobre aposentadoria por invalidez (6,5%).

O maior gargalo, no entanto, continua sendo a execução fiscal, que representa 41% do acervo total e 84% do acervo em

execução, com taxa de congestionamento de 91%. Isso significa que, de 100 processos de execução fiscal que tramitaram em 2014, apenas nove foram baixados. Enquanto o congestionamento em processos de conhecimento é de 56,4%, a taxa em execuções no 1º grau é de 85,6%. O atendimento à demanda nas execuções chegou a 109,3% em 2014, indicando que esse estoque deve cair.

Enquanto a produtividade dos servidores da área judiciária da Justiça Federal, medida pelo IPS-Jud, subiu 5% em 2014, o de magistrados (IPM) caiu 13%. Ainda assim, esse ramo de Justiça registra o maior índice de produtividade do Judiciário, tanto em 1º quanto em 2º grau, com média de 2.113 processos baixados por magistrado ao ano, no total.

Força de trabalho - A Justiça Federal é composta por 1.751 magistrados, 28.786 servidores e 18.279 trabalhadores auxiliares e, embora a força de trabalho tenha aumentado nos últimos anos, ainda é observado déficit no provimento de vagas. Em relação ao número de magistrados, por exemplo, foi registrado aumento de 13% em 2014, mas ainda resta prover 27% dos cargos criados por lei (662).

Mesmo com o crescimento de força de trabalho de 16,3% neste ramo de Justiça no último sexênio (2009-2014), o percentual de 90% de gastos com recursos humanos caiu 3 pontos percentuais no mesmo período. Quanto a outras despesas, foi registrado aumento de 54% entre 2009 e 2014, especialmente em aquisições (83,2%) e contratos (45,6%), ambos referentes à tecnologia da informação.

Atendendo à Política de Priorização de Primeiro Grau do CNJ (Resolução 194/2014), o Justiça em Números dividiu as estatísticas da Justiça Federal entre as duas instâncias, indicando a concentração de processos no 1º grau - 87% dos casos novos, 89% dos pendentes, 87% dos baixados e 83% das sentenças. Do total de magistrados, 92% são juízes federais (1.615), que atuam neste grau de jurisdição. Os juizados especiais apresentaram o maior número de casos novos, com 64% em comparação com o global de casos novos em varas e juizados.

IPC-Jus - Criado pelo CNJ para comparar diversas variáveis e apontar o grau de eficiência que deve ser buscado pelos tribunais, o Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) do Justiça em Números 2015 registra que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5) é o mais produtivo diante da força de trabalho e insumos disponíveis, com índice de 93%. Quanto às seções judiciárias de 1º grau, os destaques vão para Rio Grande do Norte e Maranhão, ambas com eficiência relativa de 100%. No 2º grau, atingiram eficiência relativa máxima o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4).

***Fonte: Débora Zampier/ Agência CNJ de Notícias**

► **Conselheiros: Justiça em Números é essencial para gestão e transparência***

Elaborado há 10 anos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o estudo Justiça em Números é essencial para que tribunais e magistrados otimizem a gestão processual, orçamentária e de recursos humanos e para que o cidadão conheça o Poder Judiciário. Essa é a avaliação dos conselheiros que comentaram dados consolidados de 2014 durante evento nesta terça-feira (15/9). O lançamento da edição de 2015 do relatório Justiça em Números faz parte da programação da 2ª

Reunião Preparatória do 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada em Brasília até esta quarta-feira (16).

“Há 10 anos não tínhamos dados críveis para formar uma imagem do Poder Judiciário, e graças aos tribunais, em parceria com o CNJ, conseguimos produzir um relatório admirável. A Justiça não conhecia a si e não se conhecia em comparação com outros ramos. E essa realidade muda drasticamente quando temos dados”, disse o conselheiro Fabiano Silveira. “Se há 10 anos se falava em caixa preta, hoje a Justiça é aberta e transparente, e o CNJ tem se empenhado de forma muito contundente no aprimoramento dessas características”, completou o conselheiro Lélío Bentes.

Ao associar diagnóstico com planejamento, o conselheiro Fernando Mattos lembrou que o CNJ e os tribunais têm se esforçado para chegar a um Judiciário cada vez mais presente, transparente e com tempo razoável de prestação judicial. No entanto, ele lembrou que o Poder precisa se reinventar constantemente para superar desafios, como a crescente alta de litigiosidade. “Temos de fazer mais com menos, invertendo a lógica de expandir. Temos de eventualmente investir em alguns eixos, como conciliação, gestão e implementação de núcleos de recursos repetitivos e de repercussão geral para identificar quais são os desafios que temos diante de nós”, avaliou.

Para a conselheira Luiza Frischeisen, o Justiça em Números é um retrato do Judiciário e fica cada vez melhor, com a expectativa da chegada dos módulos qualitativos em 2016, abordando temas como corrupção, lavagem de dinheiro, trabalho escravo e violência doméstica. “Sem saber quem é, o Judiciário não consegue elaborar políticas, o que é cada vez mais imperativo neste momento em que os recursos tendem a ficar cada vez mais escassos”, pontuou. Para a conselheira, o Judiciário deve ser cada vez mais transparente, processo que será otimizado com a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, cuja discussão já começou no Plenário do CNJ.

Estadual - Concentrando 70% dos casos novos e 81% do acervo do Judiciário, a Justiça Estadual foi citada pelo conselheiro Fabiano Silveira como o principal elo com o cidadão. “Como ouvidor do CNJ, tenho feito audiências públicas e, na estadual, vemos os relatos mais dramáticos, porque grande parte das competências jurisdicionais estão depositadas ali”, pontuou. Ele destacou que esse ramo de Justiça registrou, pela primeira vez em três anos, uma redução na entrada de casos novos, além de aumento de processos baixados. No entanto, ambas as variáveis não foram suficientes para reduzir a taxa de congestionamento, que continua elevada devido ao estoque de 54 milhões de processos.

De acordo com o conselheiro, os dados confirmam o acerto do CNJ ao desenvolver a Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição e a necessidade de os tribunais continuarem a apoiar sua execução. “Essa política consagrada em resoluções de 2014 não pode ser medida com retórica, com palavras, e sim com recursos financeiros, humanos e logísticos, com distribuição mais equitativa de recursos”, avaliou. O conselheiro ainda lembrou que a atual crise fiscal no país se reflete em um “estrangulamento dos tribunais em sua capacidade de investir” e que os dados do relatório podem servir de inspiração **para novas práticas de gestão**.

Trabalho - O segmento trabalhista teve bom aumento de produtividade em 2014 e, pela primeira vez, baixou mais processos que os ingressados. Mas para o conselheiro Lélío Bentes, os números podiam ser ainda melhores com preenchimento de vagas, mais investimento e menor proporção de gastos em recursos humanos - este ramo é o único que supera 90% para este fim. Ao defender a priorização do Primeiro Grau, ele lembrou que a primeira instância reúne 84% dos casos novos e 92% dos pendentes, mas apenas 72% dos servidores. “Esse tema precisa ser enfrentado com urgência

pelos tribunais do trabalho a fim de que o Primeiro Grau seja melhor aparelhado e possa enfrentar o desafio de vencer a penosa demanda de processos.”

Embora menor que nos outros ramos de Justiça, a taxa de congestionamento ainda é alta (50%) e, segundo o conselheiro, precisa ser enfrentada com políticas específicas que já estão em andamento na execução trabalhista. Ele também destacou o bom resultado da Justiça do Trabalho no incremento de processos eletrônicos e os principais assuntos que movimentam o segmento, como verbas rescisórias, seguro desemprego e salários, além do novo fenômeno de indenização por danos morais. Para o ministro, embora com resultados encorajadores, o futuro é imprevisível com o agravamento da crise econômica e “exige muito mais que resolver processos individuais, com a presença da Justiça do Trabalho oferecendo mediação dos grandes conflitos”.

Federal - Único ramo superavitário e com o maior índice de produtividade, a Justiça Federal registrou redução de gasto com pessoal e aumento de investimento em tecnologia da informação em 2014, apontou o conselheiro Fernando Mattos. Ele lembrou que esse ramo de Justiça é um dos que têm mais processos eletrônicos (73% de casos novos eletrônicos no último ano), condição importante para enfrentar o aumento de 20% de casos novos registrados apenas em 2014, que chega a 30% se considerados os processos de conhecimento de primeiro grau.



Brasília, 15/09/2015 -2ª Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário e Lançamento do Justiça em Números 2015. Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

“Muitos gestores, tem preocupação com a política do CNJ sobre a priorização do Primeiro Grau, mas teremos todos que dialogar para construir uma solução para ter mais força de trabalho dentro do Primeiro Grau”, disse. De acordo com o conselheiro, o crescimento da demanda em juizados e o gargalo da execução fiscal também são focos de atenção deste segmento - 41% do acervo deste ramo são de execuções fiscais e 64% dos casos novos vão para os juizados federais.

Eleitoral - Embora considerada sazonal, a Justiça Eleitoral registra grande número de processos todos os anos, segundo observou a conselheira Luiza Frischeisen. “As pessoas têm a impressão de que essa Justiça não é perene, e isso não é verdade. Ela tem trabalho permanente, porque nos anos em que há eleições muitas ações não vão ser julgadas e ficam para o ano seguinte”, observou. De acordo com a conselheira, a divisão dos processos por assuntos inaugurada em 2015 comprovou que o maior movimento é relativo a prestações de contas e impugnações de candidatura.

O índice de produtividade no segmento é alto e a Justiça Eleitoral entra em um novo patamar de informatização com a adesão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao Processo Judicial Eletrônico (PJe) do CNJ, ocorrida em 2015, e que, segundo a conselheira, deverá ser acompanhada pelos demais tribunais locais. Ela ainda destacou que um elemento importante para este segmento será inaugurado em 2016, quando o Justiça em Números passará a indicar o tempo de duração de processos. “É fundamental saber o tempo do processo, uma vez que a Justiça Eleitoral trabalha com prazos exíguos”, analisou.

Militar - Quanto à Justiça Militar, a conselheira Luiza Frischeisen destacou o reduzido tamanho do segmento e diferenciou os ramos estadual e da União quanto a apreciação de matéria civil, por ora restrito à primeira, mas com discussões de ampliação em andamento no Legislativo. Ela lembrou que o assunto mais demandado é o de lesão corporal praticada por policiais, que acabam sendo julgados tanto no ramo militar quanto no estadual, mas para a conselheira é preciso evitar a duplicidade de investigações. Ela ainda afirmou que a Justiça Militar tem um grande desafio no sistema acusatório moderno relativo direitos do acusado, especialmente no momento de criação e expansão das audiências de custódia.

*Fonte: Débora Zampier/ Agência CNJ de Notícias

► Presidente do CNJ conclama magistrados a serem inventivos*

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, conclamou os gestores do Judiciário a serem “inventivos” na busca de soluções para a Justiça brasileira. Ao abrir a 2ª Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, nesta terça-feira (15/9), em Brasília/DF, o presidente do CNJ defendeu que a criatividade seja aliada à definição conjunta de estratégias, ao uso de dados científicos e de técnicas avançadas de gestão para o aprimoramento do Poder Judiciário nacional.

“Apenas a partir desta tétrede seremos capazes de vencer o crescente número de casos novos, já que não basta apenas ampliar os níveis de produtividade, que também são crescentes ao longo dos anos”, disse o ministro, pouco antes do lançamento do relatório Justiça em Números 2015, uma das principais pesquisas anuais sobre o funcionamento da Justiça no país.

A estruturação de projetos voltados para soluções alternativas e autocompositivas de solução de conflitos, na esfera civil,

e a implantação das audiências de custódia, no âmbito penal, foram apontados pelo ministro como exemplos de soluções inovadoras encontradas pelo Judiciário, que estão dando bons resultados. “São exemplos de que, com informação, gestão, participação e inventividade, temos todas as condições de fazer grande diferença na vida dos brasileiros”, disse o ministro.

Segundo o relatório, 28,9 milhões de casos novos chegaram ao Judiciário em 2014 e 28,49 milhões de processos foram baixados. O ministro Ricardo Lewandowski destacou também os avanços na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), hoje em funcionamento em mais de 2,3 mil órgãos julgadores.

Em seu discurso, o ministro Ricardo Lewandowski destacou algumas novidades do relatório Justiça em Números 2015, como a inclusão de informações sobre a estrutura de primeiro grau dos tribunais e sobre os principais assuntos que geraram novas demandas no ano passado. “Até esta edição, é possível dizer que os números da Justiça eram um pouco mais frios, pois não expressavam as classes processuais e os assuntos mais frequentemente demandados”, lembrou o ministro.

A partir de 2016, a pesquisa passará a incluir também o tempo de duração do processo, o número de ações solucionadas por meio da conciliação e quantos processos estão sobrestados ou suspensos por motivo de repercussão geral ou recurso repetitivo. Para o ministro, a inclusão dessas informações trará ainda mais qualidade à informação sobre a taxa de congestionamento, um dos principais indicadores do relatório Justiça em Números, que mede o percentual de processos em tramitação que não foi baixado durante o ano.

A 2ª Reunião Preparatória terá continuidade nesta quarta-feira (16/9), com a discussão das propostas de metas setoriais a serem analisadas durante o 9º Encontro Nacional, a ser realizado em novembro.



Brasília, 15/09/2015 -Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Ricardo Lewandowski, durante a solenidade de abertura da 2ª Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário e Lançamento do Justiça em Números 2015. Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

***Fonte: Tatiane Freire / Agência CNJ de Notícias**

▶ Serviço online responde a 411 consultas de juízes em processos da saúde*

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) concluiu um primeiro balanço do serviço online que presta, desde maio de 2014, informações técnicas para subsidiar magistrados durante processos da área da saúde. A partir do endereço eletrônico conitec@saude.gov.br, o órgão respondeu, até agora, a 411 consultas sobre doenças e me-

dicamentos. O serviço resulta de articulação entre a Conitec e o Fórum do Judiciário para a Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Conitec é um órgão do Ministério da Saúde responsável por assessorar a Pasta federal na incorporação, exclusão ou substituição de medicamentos e tecnologias em saúde, como, por exemplo, próteses e equipamentos. Ela também assessoria o ministério na constituição ou alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. A partir de maio do ano passado, passou a esclarecer dúvidas de magistrados por meio de seu endereço eletrônico.

Nos pedidos de informação os magistrados procuram saber, por exemplo, se determinados medicamentos prescritos para pacientes fazem parte da lista do SUS. No caso de uma resposta negativa, a Conitec também informa quais são as alternativas terapêuticas disponíveis na rede pública para o tratamento da mesma doença. Há também, por parte dos magistrados, perguntas sobre quais remédios da lista do SUS podem ser indicados para determinadas enfermidades.



Consultas – Dos 411 pedidos de informações respondidos pela Conitec, 331 (80%) foram encaminhados por magistrados do Estado de Minas Gerais. O Judiciário de Santa Catarina vem em segundo lugar, com 24 solicitações, seguido pelo de São Paulo, com 14.

Das doenças relacionadas aos pedidos de informação, o diabetes foi a mais citada, por 38 vezes, seguida do câncer (32), depressão (23), transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (17), osteoporose (16), hipertensão arterial (15), epilepsia (14), fibromialgia (13), Alzheimer (11), trombose venenosa profunda (10), de-

generação macular relacionada à idade (10), doença pulmonar obstrutiva crônica (9) e acidente vascular cerebral (9).

Segundo a Conitec, os magistrados foram informados, por meio do serviço online, que o SUS oferece opções terapêuticas para as enfermidades citadas nos pedidos de informação, com exceção do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e da degeneração macular relacionada à Idade (DMRI). Essa última é uma doença degenerativa que envolve a parte central da retina humana, conhecida como mácula e que é responsável pela nitidez da visão. Essas informações são utilizadas pelos magistrados para basearem suas decisões em processos judiciais.

ANS – Além da Conitec, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) também criou, em maio do ano passado, uma ferramenta eletrônica para subsidiar os magistrados em processos judiciais. Igualmente criada por meio de articulação com o CNJ, ela permite acesso a pareceres técnicos sobre coberturas assistenciais dos planos de saúde.

O Fórum do Judiciário para a Saúde foi criado pela Resolução 107/2010 do CNJ com o objetivo de monitorar os processos do setor e contribuir para sua solução por meio do diálogo entre todas as partes envolvidas, como pacientes, médicos, magistrados, gestores do SUS, planos de saúde e especialistas. Coordenado pelo CNJ, o fórum é formado por um Comitê Executivo Nacional e por comitês estaduais e distrital, sendo composto por integrantes dos sistemas de Justiça e de Saúde.

► Brasil avança como referência em estatísticas judiciais, diz pesquisador*



Brasília, 15/09/2015 -2ª Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário e Lançamento do Justiça em Números 2015. Foto: Gil Ferreira/Agência CNJ

O pesquisador Marcelo Guedes, presidente da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), afirmou em painel proferido na terça-feira (15/9) que os levantamentos realizados recentemente pelo Brasil começam a transformar o país em referência mundial em estatísticas sobre o funcionamento do Judiciário. “A qualidade do trabalho que vem sendo feito hoje no Brasil, em termos de coleta, estruturação e análise de dados, não deixa nada a desejar ao que há de mais sofisticado sendo feito nos centros de pesquisa mais avançados do mundo”, afirmou o pesquisador, após o lançamento do relatório Justiça em Números 2015, uma das mais importantes bases de dados sobre o fun-

cionamento do Judiciário brasileiro.

No painel “A estatística como ferramenta de gestão judicial: uma análise comparativa”, Marcelo Guedes falou sobre a importância da pesquisa empírica para a formulação de políticas públicas e elogiou os esforços do Judiciário brasileiro na coleta de dados envolvendo 91 tribunais e 16.927 magistrados. “Você pode até tomar a mesma decisão que tomaria sem as estatísticas, mas as toma com um nível de convicção muito maior”, afirmou. O painel foi apresentado durante a 2ª Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizada na Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), em Brasília.

Guedes citou dois exemplos de pesquisas feitas no Brasil cujos resultados apontam direções a serem seguidas pela Justiça brasileira. A primeira, contratada pelo CNJ, analisou o impacto do tempo de duração do processo para a adoção de crianças, a partir de dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Segundo a pesquisa, como a maioria dos candidatos a pais adotivos tende a preferir crianças até cinco anos, o tempo de duração do processo de adoção, principalmente no que diz respeito à destituição do poder familiar, é determinante para o sucesso do processo de adoção e, por isso, as políticas a serem adotadas pelo Judiciário, para que sejam efetivas, devem tornar mais ágeis as etapas do processo de adoção.

A segunda pesquisa leva em conta a relação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a litigiosidade. De acordo com a pesquisa, o aumento do IDH está diretamente relacionado ao aumento da litigiosidade, como nos casos dos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, que têm os respectivos IDHs mais altos e também elevados índices de litigiosidade por habitante. “Isso gera algumas consequências, pois, quanto mais se avança no desenvolvimento, mais processos são esperados”, disse o pesquisador.

Aperfeiçoamento - O segundo palestrante, o professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Rede de Pesquisa Empírica em Direito (Reed), Paulo Eduardo Alves da Silva, listou uma série de conclusões obtidas a partir do relatório Justiça em Números nos últimos dez anos. Para ele, que apresentou o painel “A importância da pesquisa empírica para a administração da Justiça”, chegou o momento de renovar as perguntas que orientam a pesquisa no sentido de proporcionar dados para melhorar a gestão da Justiça.

As novas perguntas devem procurar identificar, segundo o pesquisador, o público que acessa a Justiça brasileira, as demandas feitas, o grau de satisfação do público demandante, se o que é feito é suficiente para haver justiça na sociedade, se o problema da Justiça é de gestão e se esses problemas afetam a gestão da Justiça, entre outros pontos. “Mais do que pensar em eliminar conflitos, deve-se organizar a Justiça de modo produtivo”, defendeu o pesquisador.

***Fonte: Tatiane Freire / Agência CNJ de Notícias**

► **Publicação do IBGE aborda realidade do Judiciário de forma inédita***

Pela primeira vez a realidade do Poder Judiciário será abordada no livro “Brasil em Números”, uma das principais publicações anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reunindo informações sobre o território nacional, características demográficas e socioeconômicas da população. O artigo que aborda o Judiciário é de autoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Departamento de Pesquisa Judiciária (DPJ).

O “Brasil em Números” é uma publicação acadêmica bilíngue que há 23 anos reúne artigos de pesquisadores sobre os mais diversos temas, como meio ambiente, economia e educação, reunindo informações que possibilitam traçar uma síntese da realidade brasileira em seus múltiplos aspectos. No artigo “Poder Judiciário”, o livro traz um panorama com indicadores obtidos pelo relatório Justiça em Números de 2014 (ano-base 2013).

O texto do Conselho Nacional de Justiça no “Brasil em Números” apresenta de forma resumida a estrutura do Judiciário brasileiro com seus 94 tribunais, o grau de litigiosidade, o orçamento e o índice de produtividade, abordando todos os ramos da justiça – Estadual, Militar, Eleitoral, Trabalho e Federal. Entre os números que traz a publicação está o índice de congestionamento do Judiciário, que tem fechado os últimos anos com 70% dos casos ainda aguardando julgamento.

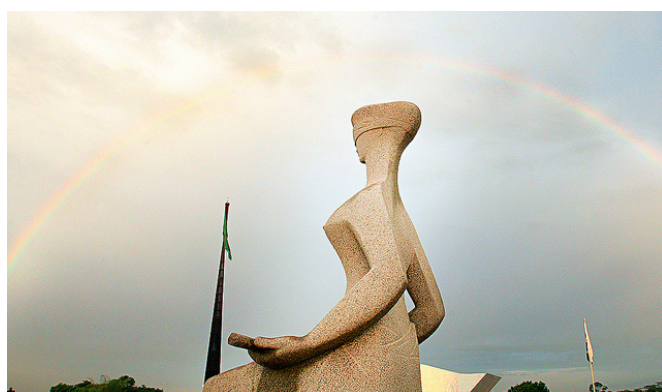
O artigo aponta ainda soluções para uma Justiça mais célere e eficaz, como a importância do planejamento estratégico, o estabelecimento de metas de produtividade e a priorização de investimentos no Primeiro Grau, ações que já vêm sendo fomentadas pelo CNJ nos últimos anos.

O artigo aponta ainda soluções para uma Justiça mais célere e eficaz, como a importância do planejamento estratégico, o estabelecimento de metas de produtividade e a priorização de investimentos no Primeiro Grau, ações que já vêm sendo fomentadas pelo CNJ nos últimos anos.

O lançamento do “Brasil em Números” foi nesta quinta-feira (10/9), no Museu de Arte de Blumenau (MAB), em Santa Catarina.

A publicação pode ser acessada na loja virtual do IBGE, no link: <http://loja.ibge.gov.br/>

***Fonte: Waleiska Fernandes / Agência CNJ de Notícias**



Deusa Têmis, estatua da justiça

NOTÍCIAS DO STJ

► Nova ferramenta tecnológica vai acelerar triagem e julgamento de processos no STJ*

Foto: Veja



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) lançou no dia 10/9 uma ferramenta que facilitará o controle dos gabinetes dos ministros sobre seus acervos de processos e tornará mais eficiente o fluxo de trabalho.

Desenvolvido pela Secretaria Judiciária do tribunal, o denominado "Resumo Indicativo" vai fornecer informações que permitirão o agrupamento dos processos ainda não julgados por tema, data e outros parâmetros, de modo a deixar a triagem processual muito mais rápida.

A atividade consiste em capturar a ementa dos acórdãos proferidos pelos tribunais de origem e disponibilizá-la aos gabinetes, para que essas unidades possam ter novas formas de identificar os temas discutidos nos recursos e racionalizar a análise e o julgamento dos feitos.

A ideia da nova ferramenta está em sintonia com os esforços para aperfeiçoar as rotinas de trabalho nos gabinetes, conforme orientação do ministro Francisco Falcão, presidente do tribunal, e do ministro Marco Aurélio Bellizze, responsável por acompanhar a classificação e a distribuição dos processos no âmbito da Secretaria Judiciária. A delegação

para essa tarefa foi dada a Bellizze pela Portaria 633/14.

Além de acelerar a triagem e melhorar o controle do acervo, o sistema – baseado em tecnologia para captura de informações a partir de imagens digitalizadas no processo eletrônico – vai facilitar a identificação de temas que podem ser submetidos à sistemática dos recursos repetitivos, o que também contribuirá para a maior velocidade do trâmite judicial.

A nova classificação, pela qual já passaram mais de 80 mil processos antes mesmo de seu lançamento oficial, envolve ainda o trabalho de uma equipe de deficientes auditivos. O STJ conta atualmente com 181 profissionais portadores de deficiência auditiva, grupo que também teve importante atuação na digitalização de processos.

***Fonte: Notícias STJ**

► STJ e Apae lançam parceria para incentivar inclusão*

Foto: Apae



APAE BRASIL
Federação Nacional das Apaes

Foi lançado no dia 17 de setembro, quinta-feira, a ação de parceria entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae-DF) – o Programa Semear Inclusão.

O evento teve como objetivo divulgar o novo contrato com a Apae-DF, firmado no dia 1º de setembro, e apresentar a equipe formada por 11 pessoas com necessidades especiais, que executarão serviços no Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (LACOR/SED) e em gabinetes de ministro.

A ministra do STJ Nancy Andrighi e o senador Romário participaram do evento, que também contou com a presença de unidades de acessibilidade de órgãos públicos e de instituições que realizam o trabalho de higienização e acondicionamento de acervos, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, o Itamaraty e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

***Fonte: Notícias STJ**

Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

